



---

# ***I. RELATÓRIO DE GESTÃO***

## 1. INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas da autarquia, relativas ao ano de 2010 e que serão remetidas ao Tribunal de Contas para aprovação, foram elaborados conforme o regime de contabilidade autárquica, fornecem a informação de concretização do programa e actividades previstas, a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas, documento acompanhado pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução de receitas arrecadadas pela Autarquia (34.874.124,07€), constatamos ter obtido uma execução de 83,19% relativamente às dotações corrigidas, e o orçamento da despesa uma execução de 83,29%, em ambos os orçamentos, o que traduz um crescimento relativamente ao ano anterior de cerca de 1,5%, sendo o terceiro maior orçamento dos últimos 10 anos. Saliente-se que, de um modo geral, a regra tem sido a de o município de Bragança, comparativamente à média dos municípios do País, assegurar bons níveis de execução, sempre acima dos 80%. As taxas de execução dos municípios do País, no ano de 2008, variaram entre o mínimo de 35,0% (município da Guarda) e o máximo de 100,5% (município de Sobral de Monte Agraço).

O Princípio de Equilíbrio Orçamental assegurado em sede de elaboração do orçamento que previa os recursos necessários para assegurar todas as despesas e as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes, foi cumprido, comprovando-se que ao nível do saldo corrente se verifica que a receita corrente permitiu libertar poupança corrente para investimento; que o saldo orçamental foi positivo e que o saldo efectivo foi positivo, ou seja, foi positiva a diferença entre as receitas operacionais e as despesas operacionais mais encargos financeiros.

O orçamento da receita foi inferior ao do ano anterior em 4.022.270,00€, sendo que o grupo de receitas que contribuiu para esta diminuição foram as transferências de capital (diminuição de 5.140.934,39€), uma vez que o ano de 2009 foi excepcional na captação de fundos comunitários ao encerrar o último QCA (8.588.945,00€), verbas que outras entidades promotoras não conseguiram utilizar, enquanto no corrente ano os apoios comunitários ascenderam a 3.209.715,00€.

Em termos de receita global, a estrutura da receita compõem-se da seguinte forma: transferências de fundos da Administração Central 42,99%; Apoios Comunitários e outros 13,30%; empréstimos 1,96% e Receitas Próprias 41,75%. Da análise da estrutura da receita para a globalidade das autarquias do País, realça-se que as transferências recebidas (correntes e de capital) são, para os municípios de pequena dimensão, de 63,60%, para os de grande dimensão, de 24,10% e, para os de média dimensão, de 39,70% das receitas totais.

A estrutura do orçamento da despesa, desagrega-se da seguinte forma: A despesa corrente que representa 61,12% (dentro desta a despesa de pessoal representa 19,98% - a média nacional dos municípios é de 28,50%, com um valor mínimo de 8,7% e um máximo de 58,40% - e a aquisição de bens e serviços 35,67%); A despesa de capital que representa 38,88% (sendo 27,66% para aquisição de bens e serviços e 5,83% para transferências de capital). Neste âmbito, deve destacar-se que o aumento da despesa corrente em 2.129.545,16€, se deve essencialmente à recuperação de prazos de pagamento na aquisição de bens e serviços, o que se reflecte positivamente na diminuição da dívida total do município (menos 2.683.299,05€). Ao nível da aquisição de bens de capital e das transferências de capital ocorre uma diminuição, pelas razões já expostas.

De referir ainda que os limites gerais impostos às despesas com pessoal foram respeitados, ficando o município muito abaixo dos limites impostos respectivamente em 34,33% para pessoal do mapa e em 12,33% para pessoal em qualquer outra situação. De destacar ainda que no âmbito das fontes de financiamento da aquisição de bens de investimento, o financiamento municipal representa 52,43%; o financiamento com apoios comunitários 38,55% e o recurso a empréstimos 9,02%. A despesa global desceu 10,24% relativamente ao ano de 2009, sendo que ao nível da Administração Autárquica, a Assembleia Municipal duplicou a despesa, enquanto ao nível da Câmara Municipal e operações financeiras se verificou uma descida.

Quanto ao endividamento municipal regista-se uma diminuição no cômputo geral da dívida de 15,02%, tendo diminuído a dívida de curto prazo (excluída a conta credores de cauções) em 2.080.582,07€ e a dívida de médio e longo prazo de 626.056,35€. Estamos assim perante uma nova descida da dívida global, o que comparado com a dívida actualizada de 31 de Dezembro de 1997, representa um valor de redução de 35,57%, que em 1997 a dívida sobre o orçamento da receita representava 105% e em 2010 representa 37,78%.

Em igual período o agravamento da dívida pública do País, foi de 32,9 pontos percentuais. Assim, os limites de endividamento do município, face aos limites legais de endividamento, impostos pela Lei das Finanças Locais são os seguintes: dívida a médio e longo prazo 35,09% do limite legal; endividamento líquido 23,20% do limite legal.

Da informação da Direcção Geral das Autarquias Locais, relativa ao rateio de endividamento de médio e longo prazo nos termos do n.º 2 do art.º 53.º do Orçamento do estado para 2011, para efeitos de contracção de novos empréstimos, retira-se que dos 308 municípios, só 19 poderão aceder a valor superior ao de Bragança, e que 61 estão impedidos de aceder a qualquer financiamento.

Quanto à situação patrimonial do município, comparativamente ao ano de 2009, e avaliado o balanço que se organiza de modo a que o activo seja igual ao passivo mais os fundos próprios, refere-se: ao nível do activo (valor do imobilizado; das existências; das dívidas de terceiros; das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos), o seu valor é de 199.244.093,00€, tendo ocorrido um acréscimo de 14% (23.741.463,00€); quanto ao passivo, com o valor de 79.420.651,00€, com um crescimento de 32% (19.334.944,00€), refere-se que diminuíram as seguintes rubricas: fornecedores de imobilizado (43%); fornecedores (15%); empréstimos obtidos 8%; a rubrica de provisões aumentou (19%); A rubrica de acréscimos e diferimentos passivos regista um aumento líquido de 20,46 milhões de euros resultado dos subsídios para investimento e representa 68% (54.395.336 milhões de euros) do passivo total; os fundos próprios no valor de 119.823.442,66€, tiveram um acréscimo de 4,4 milhões de euros.

No período de 2002 a 2010, em termos patrimoniais, ocorreu a seguinte evolução: o activo evoluiu de 64,16 milhões de euros para 199,24 milhões de euros; o passivo de 14,56 milhões de euros para 79,42 milhões de euros, sendo deste valor cerca de 70% de subsídios para investimentos e os fundos próprios evoluíram de 49,60 milhões de euros para 119,82 milhões de euros.

Quanto à análise económica, regista-se que os proveitos operacionais aumentaram em 4%, o correspondente a 978 mil euros; os custos operacionais aumentaram cerca de 7,8% o equivalente a 182 mil euros; o resultado extraordinário é negativo (significativamente menor que no ano anterior), sendo positivos os resultados financeiros, os resultados operacionais e o resultado líquido que sobe de 669.171€ para 1.509.249€, cuja

proposta de aplicação de resultados é feita no sentido de reforçar as reservas legais em 75.462,43€ e para reforço do património em 1.433.786,22€.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, a gestão foi de rigor e contenção, tendo ocorrido globalmente um aumento de custo de 1,19% (81.757,27€), resultante do aumento de encargos com o sistema de saúde e da opção gestonária. O número global de trabalhadores é de 373, o número mais baixo dos últimos 16 anos (em 1996 havia 383 trabalhadores), apesar de ter ocorrido abertura de novos serviços em diversas áreas.

Ao nível do absentismo, regista-se uma elevada taxa de absentismo (9,1%, ou seja 4997 dias de trabalho), em resultado de doença prolongada de 40 trabalhadores, o que representa cerca de 10% dos trabalhadores do município. O maior factor de agravamento da taxa de absentismo resulta da morosidade na marcação de juntas médicas (ADSE e CGA), que após solicitadas demoram cerca de 4 a 5 meses, situação que se agravou em 2010 e que degrada imenso o sistema na administração. Note-se que a taxa de absentismo dos restantes trabalhadores é de 3,8%, um valor aceitável.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de muita responsabilidade, cumprindo com os objectivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da actividade do município, garantindo legalidade plena na acção conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas, pelo que em nome da Câmara Municipal quero deixar o necessário agradecimento.

Também os prestadores de serviços e fornecedores, as empresas e as Instituições com as quais o município mais se relaciona, assim como outros níveis de administração política como a administração Central e em particular, as Juntas de Freguesia, connosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira e económica e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido e com alguma confiança encarar os desafios que sendo inúmeros são pouco previsíveis.

O Presidente da Câmara Municipal  
António Jorge Nunes